

**Copasa Serviço de Saneamento
Integrado do Norte e Nordeste de
Minas Gerais S/A - COPANOR**

**Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31
de dezembro de 2020**



Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Demonstrações Financeiras

Mensagem da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	7
Balço patrimonial	10
Demonstração do Resultado do Período.....	12
Demonstrações do Resultado Abrangente	13
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	15
Notas explicativas.....	16
Diretoria Executiva	53
Parecer do Conselho Fiscal.....	54
Declaração de Revisão das Demonstrações Financeiras pelos Diretores.....	55

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A COPANOR, que tem por finalidade a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais, apresenta os resultados obtidos em 2020.

Em relação ao desempenho operacional, a Empresa encerrou o ano de 2020 atendendo cerca de 220 mil pessoas para os serviços de abastecimento de água, distribuídas em 108 mil unidades consumidoras e com uma extensão de rede de 2,2 mil quilômetros. Com os serviços de esgotamento sanitário, a COPANOR atende cerca de 102 mil pessoas, distribuídas entre 52 mil economias e com uma rede de 1,5 mil quilômetros.

Quanto ao desempenho financeiro, a Receita Líquida alcançou R\$35,8 milhões, alta de 9,5% quando comparada com o valor observado em 2019. Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$68,3 milhões, queda de 19,7%. Em 2020 a Subsidiária registrou Prejuízo Líquido de R\$7,4 milhões, cifra 58,9% menor do que a verificada no ano anterior.

Apesar da evolução observada, o grande desafio da COPANOR continua sendo tornar-se uma Empresa sustentável, com prestação de serviços de saneamento de qualidade e tarifas reduzidas, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das desigualdades regionais, a promoção da inclusão social e a universalização dos serviços.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A COPANOR

A COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, cuja constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 16.698/2007, tem por objeto planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em localidades da região Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu. Conforme previsto em seu Estatuto Social, a Companhia deverá praticar tarifas diferenciadas e inferiores às praticadas pela COPASA MG.

Missão: Prover serviços de saneamento, em parceria com o Estado e municípios, em sua área de atuação, de forma sustentável.

Visão: Ser referência, junto à sociedade, como Empresa que presta serviços com eficiência e qualidade.

Valores: Ética exemplar e transparência; Responsabilidade socioambiental; Valorização dos colaboradores; Excelência na prestação dos serviços; e Inovação e disseminação do conhecimento.

Investimentos

Em 2020, os investimentos realizados na COPANOR totalizaram R\$22 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

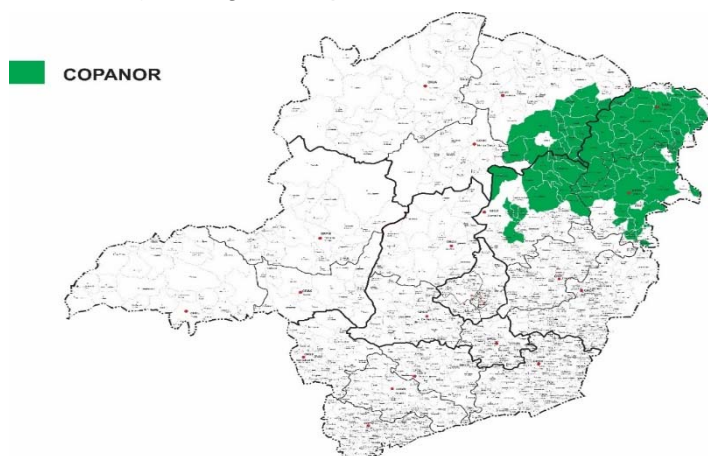
Investimentos (R\$ milhões)	2020	2019	2018
Coponor	22	34	46

Para o ano de 2021, a Diretoria Executiva autorizou o plano de investimentos com previsão de R\$47,2 milhões.

Conforme definido no processo de Revisão Tarifária da COPASA MG concluído em 2017, foi estipulado que parte da tarifa da Controladora, no valor referencial histórico de R\$40 milhões por ano, seja direcionada como subsídio à COPANOR, visando a melhorias na infraestrutura da Subsidiária, por meio de ações de investimento e manutenção. Em 2020, foram realizados 2 (dois) aportes de R\$21,9 milhões cada, sendo um em março e outro em agosto.

Área de Abrangência e Municípios de Operação

A área de abrangência da Empresa é limitada aos municípios das regiões Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais. Em dezembro de 2020, a COPANOR operava os serviços de abastecimento de água em 78 municípios (30 em municípios com atuação da COPASA MG nas sedes) e os serviços de esgotamento sanitário em 57 municípios (16 em municípios com atuação da COPASA MG nas sedes). A seguir, mapa demonstrando a área de atuação dessa Subsidiária.



Ambiente Regulatório

Em 2016, foi iniciada a Revisão Tarifária da COPANOR, que promoveu, naquele ano, uma readequação da estrutura tarifária, com a substituição do faturamento com consumo mínimo (3 m³ para todas as categorias) pelo faturamento com 2 (dois) componentes (Tarifa Fixa e Tarifa Variável); criação da Tarifa Residencial Social; e adequação na estrutura de custos. Nessa etapa foi aplicado reajuste tarifário médio de 10,49%, a partir de setembro de 2016.

A segunda etapa da revisão tarifária, em 2017, teve foco na definição de política pública para melhorar a capacidade de infraestrutura do prestador. Dessa forma, a ARSAE-MG elaborou um mecanismo tarifário, definido na Revisão Tarifária da COPASA MG (concluída em junho de 2017), que estabelece como fonte de recursos um subsídio oriundo de valor adicional cobrado na tarifa dos clientes da COPASA MG. Esse subsídio proporciona aproximadamente R\$40 milhões líquidos anuais (valor nominal com base em 2017, a ser atualizado pelo INCC), para as melhorias da capacidade de infraestrutura (investimento e manutenção) das regiões atendidas pela COPANOR. O resultado da Revisão Tarifária foi um Efeito Tarifário Médio de 10,82% sobre as tarifas, vigente a partir de outubro de 2017.

Em 14 de dezembro de 2018, a ARSAE-MG divulgou a Resolução nº 118/2018, autorizando a aplicação, a partir de janeiro de 2019, de reajuste médio de 16,76%.

Em 2019, foi solicitada nova revisão tarifária, com objetivo de dar continuidade à avaliação dos reflexos do plano de recuperação da Subsidiária, de forma que a tarifa represente nos curto e médio prazos, as reais necessidades de recurso, de forma que a COPANOR cumpra sua missão de contribuir com a universalização do saneamento na sua área de atuação. Por meio da Resolução nº 136/2020, a ARSAE-MG autorizou o reajuste médio tarifário de 4,50%, aplicado a partir de 8 de março de 2020.

Em maio de 2020, foi iniciada a revisão tarifária em conjunto da COPASA e COPANOR, sendo que a publicação da Resolução final está prevista para ocorrer até 02 de julho de 2021.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

A Companhia apresenta, a seguir, Comentário de Desempenho sobre os resultados operacionais e financeiros do exercício de 2020, comparativamente com o exercício de 2019:

Desempenho Operacional

Concessões

A área de abrangência da Empresa é limitada aos municípios das regiões Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais. Em dezembro de 2020, a COPANOR operava os serviços de abastecimento de água em 78 municípios (30 em municípios com atuação da COPASA MG nas sedes) e os serviços de esgotamento sanitário em 57 municípios (16 em municípios com atuação da COPASA MG nas sedes).

Dados Operacionais

A COPANOR encerrou o ano de 2020 atendendo 111 mil economias (unidades consumidoras) de água, crescimento de 5,4% em relação a 2019, servindo aproximadamente 220 mil pessoas. A seguir, são apresentados os principais dados operacionais do serviço de abastecimento de água e a evolução nos períodos comparativos:

Especificação – COPANOR	2020	2019	2020 X 2019	2018	2019 X 2018
Água					
Ligações (1.000 unidades)	108	102	5,6%	98	3,9%
Economias (1.000 unidades)	111	106	5,4%	102	3,7%
População Atendida (1.000 habitantes)	220	212	3,7%	205	3,3%
Volume Distribuído (1.000 m³)	15.472	16.127	-4,1%	14.786	9,1%
Volume Medido (1.000 m³)	9.151	9.377	-2,4%	8.397	11,7%
Extensão de Rede (km)	2.220	2.165	2,6%	2.164	0,0%

Em relação aos serviços de esgotamento sanitário, a COPANOR encerrou 2020 atendendo 52 mil economias, crescimento de 5,5% em comparação a 2019, e servindo 102 mil pessoas ao longo da área de atuação. A seguir, os principais dados operacionais dos serviços de esgotamento sanitário:

Especificação – COPANOR	2020	2019	2020 X 2019	2018	2019 X 2018
Esgoto					
Ligações (1.000 unidades)	50	48	5,7%	46	4,0%
Economias (1.000 unidades)	52	50	5,5%	47	5,7%
População Atendida (1.000 habitantes)	102	98	4,3%	94	3,9%
Volume Medido (1.000 m³)	4.038	3.885	3,9%	3.781	2,7%
Extensão de Rede (km)	1.498	1.464	2,3%	1.454	0,7%

Número de Empregados

A Companhia apresenta a seguir, o número de empregados, bem como o indicador número de empregados por mil ligações de água e esgoto, nos períodos comparativos:

Especificação	2020	2019	2020 X 2019	2018	2019 X 2018
Empregados	466	468	-0,4%	454	3,1%
Empregados/Ligações ¹	2,95	3,12	-5,7%	3,15	-0,8%

Desempenho Financeiro

Abaixo são apresentados os dados financeiros da COPANOR, comparativo com 2020 e 2019:

ESPECIFICAÇÃO	2.020	2.019	Variação (R\$ mil)	Variação (%)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	35.848	32.738	3.110	9,5%
Receitas de Construção	18.546	31.125	(12.579)	-40,4%
Outras Receitas Operacionais	6.492	3.165	3.327	105,1%
Custos e Despesas Operacionais	(68.273)	(85.000)	16.727	-19,7%
Pessoal	(19.321)	(19.057)	(264)	1,4%
Materiais	(5.243)	(4.973)	(270)	5,4%
Serviços de terceiros	(5.358)	(8.797)	3.439	-39,1%
Energia elétrica	(9.924)	(10.514)	590	-5,6%
Gerais	(861)	(1.306)	445	-34,1%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(4.601)	(2.065)	(2.536)	122,8%
Depreciação e amortização	(4.425)	(2.468)	(1.957)	79,3%
Provisão para perdas de estoque	(515)	-	(515)	-
(-) Créditos tributários	1.007	1.774	(767)	-43,2%
Custos de Construção	(18.545)	(31.125)	12.580	-40,4%
Outras Despesas Operacionais	(1.385)	(7.280)	5.895	-81,0%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	898	811	87	10,7%
Prejuízo Líquido	(7.387)	(17.972)	10.585	-58,9%

A seguir, são apresentados os comentários para as principais variações verificadas entre os períodos comparativos com os valores reapresentados:

▪ **Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços:** elevação de R\$3.1 milhões, em função do reajuste tarifário de 4,5% aplicado em março de 2020; e crescimento de 5,4% e de 5,5% no número de economias de água e de esgoto, respectivamente; novas localidades atendidas.

▪ **Receitas e Custos de Construção:** redução de R\$12.579 em função da queda nos investimentos realizados no período.

▪ **Custos e Despesas Operacionais:** foi registrada redução de R\$16.727, com os seguintes itens apresentando variações mais significativas:

✓ **Serviços de Terceiros:** redução de R\$3.439, devido, principalmente, à suspensão do contrato de manutenção de unidades em 2020.

Energia Elétrica: as despesas com esse insumo apresentaram redução de 5,6% em 2020. A seguir, comentários sobre os principais fatores que influenciaram esse insumo:

▪ impactos da alteração na forma de contabilização dos créditos referentes a PIS/PASEP e COFINS, que passaram a ser realizados diretamente em cada conta de despesa considerada como insumo no processo produtivo; e

▪ aumento de consumo de 5,3% devido à elevação do consumo em 1,3% e 4,0% de crescimento do custo médio da energia resultante das variações de subsídio, tarifa e impostos.

✓ **Despesas Gerais:** redução de R\$445, principalmente em decorrência da redução das despesas legais e judiciais no período devido a paralisação temporária das atividades jurídicas.

✓ **Provisão para Perdas Esperadas do Contas a Receber de Clientes:** aumento de R\$2.536, decorrente da elevação das provisões dedutíveis, em função de aprimoramento da metodologia de cálculo da perda esperada de clientes, aliado ao aumento do nível de inadimplência resultante das medidas de flexibilização tais como: extensão dos prazos de pagamento para contas a receber de parte dos clientes da categoria comercial, e suspensão temporária da realização de cortes para os clientes inadimplentes.

✓ **Depreciações e Amortizações:** aumento de R\$1.957, em função da crescente incorporação de obras encerradas de ativos adquiridos com recursos oriundos do subsídio tarifário, além do início de operação e algumas localidades, bem como em função da incorporação de ativos de arrendamento mercantil.

✓ **Provisão para Perdas:** aumento de R\$515, decorrente de constituição de provisão para perdas de materiais que encontram paralisadas há mais de 360 dias.

✓ **Créditos Tributários:** queda de 43,2%, em decorrência da implementação da solução para a contabilização automática dos créditos tributários do PIS/COFINS. Com a mudança, parte da contabilização dos créditos passou a ser realizada diretamente em cada conta de despesa considerada como insumo no processo produtivo (materiais, serviços, energia elétrica, dentre outros). Considerando a metodologia utilizada anteriormente, o valor dos créditos tributários seria de R\$2,5 milhões em 2020, o que representa elevação de 13,4% em relação a 2019.

✓ **Outras Despesas Operacionais:** reconhecimento, no exercício de 2019, de perda no valor de R\$5,2 milhões, em decorrência de realização de “teste de *impairment*” que apontou que os ativos estavam registrados por um valor contábil superior àquele passível de ser recuperado por uso.



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

**Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais
S/A - COPANOR**

Belo Horizonte – Minas Gerais

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - COPANOR (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - COPANOR em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, chamamos a atenção para o fato da Companhia depender, substancialmente, dos repasses de recursos subsidiados por usuários da Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – COPASA MG para realizar investimentos e manutenção na infraestrutura de saneamento em sua área de atuação. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Belo Horizonte, 9 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Balanço patrimonial

ATIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.242	2.843
Contas a receber de clientes	7	10.731	10.778
Estoques	8	2.318	1.905
Impostos a recuperar		129	153
Bancos e aplicações de convênio	9	47	33
Convênio de cooperação técnica	9	19	21
Créditos diversos		205	263
Total do ativo circulante		32.691	15.996
NÃO CIRCULANTE			
Ativos financeiros - contratos de concessão	5	23.491	2.177
Ativo de contrato	10	30.688	80.913
		54.178	83.090
Direito de uso de arrendamento mercantil	12(a)	3	3
Intangível	11	91.429	38.409
Imobilizado	11	1.673	536
		93.105	38.948
Total do ativo não circulante		147.284	122.038
TOTAL DO ATIVO		179.975	138.034

PASSIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	6.168	4.573
Impostos, taxas e contribuições	14	550	633
Provisões para férias e 13º salário		1.160	1.163
Energia elétrica		944	951
Débito com Controladora	20	2.815	1.206
Passivo de arrendamento mercantil	12(b)	3	3
Obrigações diversas		545	460
Total do passivo circulante		12.185	8.989
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para demandas judiciais	15	533	262
Total do passivo não circulante		533	262
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	234.156	190.420
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	2.125	-
Prejuízos acumulados	16	(69.024)	(61.637)
Total do patrimônio líquido		167.257	128.783
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		179.975	138.034

Demonstração do Resultado do Exercício

	Nota	2020	2019
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	22	35.848	32.738
Receita de construção	22	18.546	31.125
Custo dos bens e dos serviços prestados	23	(39.780)	(39.972)
Custo de construção	23	(18.546)	(31.125)
PREJUÍZO BRUTO		(3.932)	(7.234)
Despesas com vendas	23	(903)	(190)
Perda por redução ao valor recuperável de contas à receber	7	(4.601)	(2.065)
Perda por <i>impairment</i>		-	(5.200)
Reversão de <i>impairment</i>		5.200	-
Despesas administrativas	23	(3.955)	(5.179)
Outras receitas operacionais	22	1.292	3.165
Outras despesas operacionais	23	(1.386)	(2.080)
		(4.353)	(11.549)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTOS		(8.285)	(18.783)
Receitas financeiras	24	1.075	1.045
Despesas financeiras	24	(177)	(234)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS		898	811
PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		(7.387)	(17.972)
Provisão para o Imposto de Renda	25	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(7.387)	(17.972)
Prejuízo por ação		(0,03)	(0,09)

Demonstrações do Resultado Abrangente

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo líquido do exercício	(7.387)	(17.972)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(7.387)	(17.972)



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019		148.298	-	(43.665)	104.633
Aumento de capital	16	42.122	-	-	42.122
Prejuízo do exercício		-	-	(17.972)	(17.972)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		190.420		(61.637)	128.783
Aumento de capital	16	43.736		-	43.736
Adiantamento para futuro aumento de capital	16		2.125	-	2.125
Prejuízo do exercício	16	-	-	(7.387)	(7.387)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		234.156	2.125	(69.024)	167.257

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício	(7.387)	(17.972)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido e o caixa líquido		
Depreciação e amortização	4.425	2.468
Constituição (reversão) de <i>Impairment</i>	(5.200)	5.200
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	4.601	2.065
Recuperação de contas baixadas	-	(1.682)
Provisão para contingências	14	130
Provisão para perdas de estoque	515	(1.254)
Receitas e despesas de juros	(498)	(346)
Ganho/perda na baixa de intangível e imobilizado	2.883	-
Variações monetárias	-	(97)
Ativo Financeiro	(208)	17
Prejuízo do exercício ajustado	(855)	(11.471)
Redução (aumento) no ativo operacional		
Contas a receber de clientes	(4.056)	(620)
Estoques	(500)	(216)
Impostos à recuperar	25	610
Bancos e aplicações de convênio	-	(12)
Convênio de cooperação técnica	2	1.605
Créditos diversos	59	(111)
Aumento (redução) no passivo operacional		
Fornecedores	1.595	(5.366)
Impostos, taxas e contribuições	(83)	(262)
Provisões para férias e 13º salário	(3)	153
Salários à pagar	-	(79)
Débito com Controladora	1.609	(1.654)
Juros pagos	-	(1)
Demandas judiciais	257	66
Obrigações diversas	77	602
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(1.873)	(16.756)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de ativos imobilizados	(1.021)	(224)
Aquisição de ativos intangíveis	(4.667)	(5.330)
Aquisição de ativos de contrato	(21.852)	(32.787)
Bancos e aplicações de convênio	(14)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(27.554)	(38.341)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:		
Pagamentos de arrendamento mercantil	(35)	(35)
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.125	-
Integralização de capital	43.736	42.122
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	45.826	42.087
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa no exercício	16.399	(13.010)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa no exercício		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.843	15.853
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	19.242	2.843
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício	16.399	(13.010)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional

A COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR ("COPANOR" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ 09.104.426/0001-60, foi criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

A Companhia tem apresentado prejuízos recorrentes nos últimos anos. Considerando as dificuldades financeiras da Companhia, a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), criou, no âmbito da Revisão Tarifária da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, sua Controladora, o programa de Subsídio Tarifário à COPANOR. Esse subsídio consiste em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da COPASA MG para a Companhia, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura. Desta forma, a Companhia depende substancialmente do suporte financeiro a ser recebido da COPASA MG no contexto do subsídio tarifário estabelecido pela ARSAE – MG, assegurando a continuidade das operações e realização dos ativos.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas sob o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, considerando que o fluxo de caixa necessário nestas operações será garantido pelo suporte de recursos financeiros oriundos do programa de Subsídio Tarifário à COPANOR e se necessário de sua Controladora (COPASA MG), até que as operações se tornem lucrativas.

Impactos do COVID-19 nas condições financeiras e patrimoniais da Companhia

A Administração analisou os riscos e incertezas relacionados à pandemia Covid-19 e até o momento não foram identificados impactos que requerem ajustes sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 no tocante à recuperabilidade de seus ativos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais, reconhecimento da receita ou quaisquer outros. Em relação às perdas esperadas do contas a receber de clientes, foi realizado o aprimoramento da metodologia, com reflexos nessa provisão.

A partir de março de 2020, a Companhia adotou ação emergencial com a criação de Comitê Multidisciplinar de Prevenção ao COVID-19, visando preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores. Foram adotadas, também, ações para garantir a prestação de serviços e minimizar os impactos para a população, medidas preventivas no tocante ao relacionamento com



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o público em geral incluindo o fechamento das agências de atendimento, bem como ações visando preservar seu fluxo de caixa.

Com o relaxamento das medidas de isolamento social determinadas pelo Governo nos âmbitos estadual e municipal, a COPANOR restabeleceu, a partir de 01 de outubro de 2020, suas práticas comerciais quanto aos prazos de pagamento, bem como retomou a suspensão de fornecimento de água em casos de inadimplência, exceto para os clientes da categoria social, para os quais a flexibilização foi mantida, seguindo o acordado com a ARSAE-MG e Governo do Estado.

De forma gradativa, os atendimentos nas agências de atendimento foram retomados também a partir de outubro de 2020, estando em andamento o retorno gradual de seus colaboradores aos postos de trabalho. O processo de retorno das unidades organizacionais leva em conta o funcionamento das atividades de serviços e comércios de cada município. Em havendo o retorno de atividades em linha com a Onda Verde do Plano Minas Consciente do Governo Estadual, as equipes se reincorporarão paulatinamente às rotinas presenciais habituais, respeitado os grupos de risco e obedecendo as melhores recomendações sanitárias

No tocante às medidas de postergação de recolhimentos de tributos, a Companhia retomou os pagamentos a partir de julho de 2020, conforme facultado pela legislação tributária.

Apesar dos impactos dessa pandemia, o fluxo de caixa necessário para suas operações estará garantido pelo suporte de recursos financeiros oriundos do programa de Subsídio Tarifário à COPANOR e se necessário da Controladora (COPASA MG).

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Diretoria Executiva autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, em 08 de março de 2021.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$1.000), exceto quando indicado de outra forma.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras.

3. Principais Políticas Contábeis, estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas. A Companhia possui dois segmentos distintos, representados pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa 17.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3 Instrumentos financeiros

3.3.1 Ativo financeiro

3.3.1.1 Reconhecimento inicial

O contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessão são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.3.1.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a política de aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia não transfere e não mantém substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

3.3.2 Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Companhia adotou, a partir de 1º de janeiro de 2018, modelo de reconhecimento de perdas esperadas para o contas a receber de clientes em substituição ao modelo anterior, baseado em perdas incorridas.

Visando aprimoramento da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para o contas a receber de clientes, a Companhia realizou novos estudos de forma a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

A partir destes estudos, a perda incorrida da Companhia leva em consideração a análise dos saldos históricos dos recebimentos para um período de 12 a 36 meses, segregados conforme características de risco de crédito, e divididos em grupos de inadimplência conforme faixas de vencimento, visando determinar de forma mais acurada a taxa pela qual os devedores passam para uma categoria com maior risco de inadimplência ao longo do tempo. Isto permitiu incorporar informações sobre o prazo real de pagamentos das faturas e, determinar, a partir do contas a receber de clientes, as estimativas de perda esperada para cada categoria de inadimplência.

A Companhia efetuou a revisão dos critérios da matriz de provisão, segregando a base de dados por localização geográfica e categoria de clientes, com o objetivo de determinar taxas de perda para cada grupo, com base em novas informações disponíveis e na análise da dívida de seus clientes, integrando ao estudo projeções razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras.

Adicionalmente, a Companhia refinou, em suas análises, o cálculo do período de tempo adequado para efetuar a baixa contábil definitiva a resultado de seus recebíveis, após exauridos todos os esforços comerciais de cobrança. Tal intervalo de tempo, anteriormente calculado em 180 dias após o vencimento, foi revisto, em dezembro de 2020, para 360 dias. Tal revisão levou em conta a análise do comportamento histórico de tal recuperabilidade e o efeito dos trâmites de cobrança finais realizados pela Companhia e por terceiros, a partir dos quais os esforços de cobrança não mais surtem efeitos significativos, e os valores não recuperados são considerados perdidos.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia continuará analisando o comportamento de seus recebíveis, de forma que os valores provisionados reflitam as expectativas de perdas no contas a receber de clientes.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros – Contratos de concessões

A Companhia não reconhece perda por *impairment* sobre os mesmos, tendo em vista que os contratos de concessão preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela COPANOR reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia reconhece um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo valor presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.3.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(a) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.4 Estoques

Os estoques (almoxarifados) são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando os materiais, excetos os estratégicos, atingem 365 dias sem movimentação. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

3.5 Ativos intangíveis**(a) Ativos diretamente ligados a concessões**

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessão firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia utiliza o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros.

(b) Direito de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

(c) Licenças de *software*

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos na aquisição, adicionados daqueles custos necessários para que estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.6 Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente a Companhia avalia a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

3.7 Perda do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa – UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia tem apresentado prejuízos recorrentes nos últimos anos. Considerando as dificuldades financeiras da Companhia para realizar investimentos e manutenção na infraestrutura de saneamento em sua área de atuação, a ARSAE-MG, criou, no âmbito da Revisão Tarifária da COPASA MG, sua Controladora, o programa de Subsídio Tarifário à COPANOR, que consiste em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da COPASA MG para a Companhia, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura. Desta forma, a Companhia depende substancialmente do suporte financeiro a ser recebido da COPASA MG no contexto do subsídio tarifário estabelecido pela ARSAE-MG, assegurando a continuidade das operações e realização dos ativos.

3.8 Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratarem de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas Demonstrações Financeiras, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

3.9 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

O saldo acumulado do Ativo Fiscal Diferido é de R\$23.007, correspondente a 34% do saldo acumulado do prejuízo fiscal e base negativa. Contudo, a Companhia não registrou imposto de



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

renda diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, uma vez que não há expectativa de lucros tributáveis futuros.

(b) Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza (*)	Diversas

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/COFINS apurado pelo regime da não cumulatividade.

3.10 Capital Social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.11 Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia, considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos. A Companhia estima que a margem é zero.

(c) Ativos de contrato

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia conclui a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.12 Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.13 Arrendamentos

A Companhia considera se um contrato é ou contém um arrendamento, quando ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo da Controladora como taxa de desconto.

3.14 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2020. Não foram adotadas pela Companhia na preparação destas Demonstrações Financeiras, entretanto não deverão ter impactos significativos nas suas políticas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC38/IAS 39, CPC40/IFRS 7, CPC11/IFRS 4 e CPC06/IFRS 16);
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC25/ IAS 37);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alterações ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo como Circulantes ou Não Circulantes (alterações ao CPC26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguro e alterações à IFRS 17.

4. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua subsidiária fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(a) Prazo do arrendamento - Nota explicativa 3.1: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(a) Reconhecimento de receita de construção – Nota explicativa 3.11 (b): Estimativa da margem zero;

(b) Reconhecimento de receita não faturada – Nota explicativa 3.11 (a): Estimativa baseada na média de consumo;

(c) Provisão para perdas na realização de crédito – Nota explicativa 3.2.2: Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais;

(d) Impostos – Nota explicativa 3.9: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

(e) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros - Nota explicativa 3.7: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

(f) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais - Nota explicativa 3.8: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

(g) Ativos financeiros e ativos intangíveis vinculados à concessão - Nota explicativa 3.3.2(ii): Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário se dá por meio de contratos de concessão que são firmados com cada município, pelo períodos de 30 anos. Esses contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia engloba as regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG.

A ARSAE-MG divulgou, em 06 de fevereiro de 2020, a Resolução ARSAE-MG nº 136/20, na qual autorizou a aplicação de reajuste médio de 4,5% nas tarifas de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a partir de 08 de março de 2020.

Desconsiderando os municípios onde a COPASA tem sede, a COPANOR possuía 49 Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 56 Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2020 (49 e 56, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019). Esses Contratos têm vencimento a partir de 2038.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

O saldo do ativo financeiro de concessões está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	2.177	866
Transferência do intangível	21.106	1.214
Capitalização	208	97
Saldo final	<u>23.491</u>	<u>2.177</u>

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	10	10
Bancos	478	502
Aplicações financeiras	18.754	2.331
Total	<u>19.242</u>	<u>2.843</u>



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 105,57% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (104,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019). O CDI em 31 de dezembro de 2020 era de 1,90% (4,40% em 31 de dezembro de 2019).

7. Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Vencidos	6.981	5.196
Vencidos até 30 dias	2.467	2.577
Vencidos de 31 até 60 dias	1.322	1.040
Vencidos de 61 até 90 dias	833	603
Vencidos de 91 até 180 dias	1.672	946
Vencidos de 181 até 360 dias	676	28
Acima de 360 dias	11	2
A vencer	2.215	2.944
Valores faturados	9.196	8.140
Valores a faturar	3.031	2.651
Contas a receber de clientes	12.227	10.791
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(1.496)	(13)
Contas a receber de clientes	<u>10.731</u>	<u>10.778</u>

A movimentação na provisão para perdas esperadas do contas a receber de Clientes foi a seguinte:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial	13	9
Provisão para perdas esperadas do contas a receber de Clientes	4.601	2.065
Contas a receber de clientes baixadas no período como incobráveis	(3.118)	(2.061)
Saldo final	<u>1.496</u>	<u>13</u>

8. Estoques

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Materiais em almoxarifado	2.462	1.962
(-) Provisão p/ perda de materiais (*)	(144)	(57)
Total estoques	<u>2.318</u>	<u>1.905</u>

(*) A provisão é constituída quando o item de estoque não se movimentou nos últimos 365 dias.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Convênio de Cooperação Técnica e Aplicações Financeiras de Convênio

Referem-se a recursos recebidos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Minas Gerais – SES/MG, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para implantação dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões de atuação da Companhia.

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda s/ aplicação financeira de convênio	323	323
Convênio	558.441	558.442
Depósitos recebidos por convênio	(558.745)	(558.744)
Total convênio de cooperação técnica	19	21
Aplicações financeiras de convênio	47	33
Bancos e aplicações financeiras de convênio	47	33

10. Ativo de Contrato

O saldo de ativo de contrato refere-se ao saldo de obras em andamento:

	Obras	Estoques para Obras	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	73.334	7.579	80.913
Adições	20.729	695	21.424
Baixas	(2.836)	(40)	(2.876)
Transferências para o ativo intangível	(68.576)	-	(68.576)
Transferências para o ativo imobilizado	(197)	-	(197)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	22.454	8.234	30.688

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as transferências de ativos de contratos para ativo intangível no montante de R\$68.576 (R\$10.028 em 31 de dezembro de 2019) foram decorrentes de encerramento de obras realizadas nos municípios de Rio do Prado, São Gonçalo do Rio Preto, Medina, Bertópolis, Couto de Magalhães de Minas, Olhos D'Água, Catuji, Serro, Santa Maria do Salto e Umburatiba.

	Obras	Estoques para Obras	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	52.630	4.315	56.945
Adições	30.732	3.264	33.996
Baixas	-	-	-
Transferências para o ativo intangível	(10.028)	-	(10.028)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	73.334	7.579	80.913

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Intangível e Imobilizado

(a) A composição dos saldos do intangível é a seguinte:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Em operação						
Sistemas de água	39.892	(1.944)	37.948	12.385	(677)	11.708
Esgotamento sanitário	48.641	(2.782)	45.859	22.957	(1.076)	21.881
Sistemas de uso comum	9.261	(2.113)	7.148	5.386	(908)	4.478
Direitos de uso	150	(75)	75	150	(45)	105
Outros ativos intangíveis	420	(21)	399	240	(3)	237
Total do intangível	98.364	(6.935)	91.429	41.118	(2.709)	38.409

(b) A movimentação do intangível pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de					Total
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾	Direitos de uso	Outros	
Saldos em 1º de janeiro de 2020	11.708	21.881	4.478	105	237	38.409
Adições	2.020	713	1.706	-	228	4.667
Baixas	(5)	(2)	(1)	-	-	(8)
Amortização	(1.255)	(1.705)	(1.219)	(30)	(18)	(4.227)
Transferência para o ativo financeiro	(7.570)	(12.672)	(816)	-	(48)	(21.106)
Transferências entre intangível e imobilizado	23	25	(48)	-	-	-
Transferência de ativo de contratos	31.254	34.274	3.048	-	-	68.576
Retorno por <i>Impairment</i>	1.773	3.345	-	-	-	5.118
Saldos em 31 de dezembro de 2020	37.948	45.859	7.148	75	399	91.429

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências para o ativo financeiro, referem-se basicamente a incorporação de obras finalizadas no período cuja vida útil dos ativos ultrapassa o prazo das concessões, conforme nota explicativa 5.

A amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apropriada ao resultado, foi de R\$4.227, sendo R\$4.197 como custo dos serviços prestados e R\$30 como despesas administrativas (R\$2.314, sendo R\$2.284 e R\$30, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Sistemas de					Total
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Uso comum ¹	Direitos de uso	Outros	
Saldos em 01 de janeiro de 2019	8.802	19.150	3.627	135	-	31.714
Adições	2.488	1.169	1.368	-	305	5.330
Baixas	-	-	(17)	-	-	(17)
Amortização	(553)	(918)	(810)	(30)	(3)	(2.314)
Transferência para o ativo financeiro	53	(1.202)	-	-	(65)	(1.214)
Transferências entre intangível e imobilizado	28	574	(602)	-	-	-
Transferência de ativo de contrato	2.663	6.453	912	-	-	10.028
Perda por <i>Impairment</i>	(1.773)	(3.345)	-	-	-	(5.118)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.708	21.881	4.478	105	237	38.409

(¹) Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

Taxa média de amortização apurada:

	31/12/2020	31/12/2019
Sistemas de água	3,87%	4,06%
Esgotamento sanitário	3,95%	4,19%
Sistemas de uso comum	17,68%	16,83%
Direitos de uso	20,0%	20%
Outros ativos intangíveis	2,0%	1,10%

(c) A composição dos saldos do imobilizado é a seguinte:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido
Máquinas e Equipamentos	1.781	(309)	1.472	679	(153)	526
Veículos	14	(7)	7	13	(4)	9
Outros	1	-	1	2	(1)	1
Terrenos e Construções	197	(4)	193	-	-	-
Total do imobilizado	1.993	(320)	1.673	694	(158)	536

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Saldos em 01 janeiro de 2020	526	9	1	-	536
Adições	1.021	-	-	-	1.021
Baixas	-	-	-	-	-
Depreciação	(157)	(2)	-	(4)	(163)
Transferência de ativos de contratos	-	-	-	197	197
Recuperação de <i>Impairment</i>	82	-	-	-	82
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.472	7	1	193	1.673

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Total
Saldos em 01 janeiro de 2019	502	12	-	514
Adições	223	-	1	224
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(117)	(3)	-	(120)
Perda por <i>Impairment</i>	(82)	-	-	(82)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	526	9	1	536

A depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apropriada ao resultado, foi de R\$163, sendo R\$161 como custo dos serviços prestados e R\$2 como despesas com vendas (R\$120, sendo R\$117 e R\$3, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Vida Longa

A Companhia elaborou estudo técnico de “teste de *impairment*”, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2020, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população atendida, custos, despesas e investimentos no prazo de 30 anos, adotando-se como premissa a renovação dos contratos de concessões vigentes. O resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão para perda (“*impairment*”) de ativos de vida longa.

A Companhia entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita.

O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

O Fluxo de Caixa projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio, projetadas conforme Estratégias da Companhia. As principais premissas foram:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Evolução das receitas estimadas do SAA e do SES conforme valores previstos para o Plano Plurianual 2021-2025 considerando além da tarifa média projetada, o volume faturado projetado para novas localidades ou localidades com previsão de alteração de patamar tarifário, com base na tarifa média histórica realizada e volume por economia médio histórico realizado. O que resultou em crescimento médio de 6,6% ao ano até 2028. Nos demais anos, o crescimento projetado foi apenas em função de crescimento vegetativo, o que resultou em 0,5% ao ano até 2050;
- Custos e despesas: Os custos operacionais foram estimados com base nos valores orçados para 2021 e no volume produzido estimado em função da taxa de variação do volume incremental previsto para atendimento até 2027, em função das novas localidades previstas para operação. Além disso, foi considerada proposta de eficiência a ser perseguida para redução dos custos administrativos, tendo em vista o déficit entre a tarifa e os custos atuais e proposta de redução de perdas. Até 2027 o crescimento médio dos custos foi de 4,5%, redução de 0,1% em 2028 e 2029, crescimento de 0,7% de 2030 até 2043 e novamente decréscimo, de 2% médio ao ano até o final do período;
- Taxa de desconto estimada após impostos com base custo do capital próprio (Ke) obtido por meio do Modelo CAPM, adotado pela ARSAE MG na Revisão Tarifária da COPASA MG realizada no ano de 2017 (Nota Técnica CRFEF 47/2017), porém com a base de dados disponível no momento da apuração do Ke (outubro/2020).
- Preços foram mantidos constantes.

A Companhia com base nessas premissas e no cálculo realizado, não identificou *impairment*.

Mudanças razoavelmente possíveis, de +10% ou -10% na data do balanço em cada uma das premissas relevantes, não teriam afetado o cálculo e conseqüentemente não resultaria em *impairment*.

Em 2019 a Companhia reconheceu o impacto de R\$5,2 milhões advindo do *impairment*, que foi revertido de acordo com estudo realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

12. Direito de Uso de Arrendamento Mercantil

(a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo)

	Imóveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3	3
Adições	35	35
Remensurações	-	-
Depreciação	(35)	(35)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3	3



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Passivo)

	Imóveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3	3
Adições	35	35
Remensurações	-	-
Contraprestação	(36)	(36)
Juros	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3	3
Passivo circulante	3	3
Passivo não circulante	-	-

(c) Despesas de arrendamento mercantil

Classe de ativo	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total
Máquinas e equipamentos	49	-	49
Equipamentos de reprografia e informática	10	-	10
Imóveis	-	40	40
Veículos	-	-	-
Total	59	40	99

13. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores no país	4.634	4.001
Fornecedores entrada de mercadoria	992	92
Fornecedores reajustes contratuais	542	480
Total	6.168	4.573

14. Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2020	31/12/2019
INSS	371	375
COFINS	44	114
PIS	9	24
IRRF	12	15
FGTS	102	101
Outros	12	4
Passivo circulante	550	633

15. Provisão para Demandas Judiciais

(a) Provisionadas (Prováveis)

	31/12/2020			31/12/2019		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cível ⁽ⁱ⁾	499	-	499	396	(261)	135
Trabalhista ⁽ⁱⁱⁱ⁾	64	(30)	34	153	(26)	127
Total	563	(30)	533	549	(287)	262

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são registradas como passivo não circulante em função da expectativa de quando esses desembolsos de caixa irão ocorrer. O critério adotado pela Companhia é o de constituir provisão para as ações consideradas como perdas prováveis. As adições e reversões foram substancialmente decorrentes de novas ações e reclassificações de risco em demandas judiciais.

Saldo em 31 de dezembro de 2019, antes da compensação de depósitos judiciais	549
Adições	134
Atualizações	31
Reversões	(151)
Baixas	-
Total provisões	563
Compensação de depósitos judiciais	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	533

Saldo em 31 de dezembro de 2018, antes da compensação de depósitos judiciais	420
Adições	246
Atualizações	23
Reversões	(52)
Baixas	(88)
Total provisões	549
Compensação de depósitos judiciais	(287)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	262

(b) Não provisionadas (Possíveis)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cível ⁽ⁱ⁾	8.164	6.942
Tributária ⁽ⁱⁱ⁾	1.066	378
Trabalhista ⁽ⁱⁱⁱ⁾	142	33
Total	9.372	7.353

(i) Cível

Refere-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de naturezas tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais.

Ações individuais

A Companhia é parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

no curso normal dos negócios da Companhia e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia.

(ii) Tributária

A Companhia avaliou o momento do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS, à luz do disposto nas Leis nºs 11.488/07, 11.638/07 e 12.973/14. A Administração da Companhia, amparada em parecer de assessores legais externos sobre a interpretação do momento do aproveitamento destes créditos, conforme análise realizada para sua Controladora, entende ser adequado o procedimento atualmente adotado. Na inaceitabilidade do tratamento tributário, a Companhia estima que as despesas fiscais adicionais seriam de aproximadamente R\$1.066 e os assessores legais externos avaliam que é possível que COPASA MG e, portanto, também a COPANOR tenha sucesso na defesa numa eventual discussão judicial.

(iii) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos a empreiteiras, prestadores de serviços e fornecedores.

Todos os processos trabalhistas são, inicialmente, classificados como de perda possível e periodicamente, a classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas, em cada uma das fases do andamento processual.

16. Patrimônio Líquido

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Capital social (a)	234.156	190.420
Adiantamento para futuro aumento de capital (b)	2.125	-
Prejuízos acumulados (c)	<u>(69.024)</u>	<u>(61.637)</u>
Total	<u>167.257</u>	<u>128.783</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Capital social

Em reunião realizada em 23 de março de 2020, a Diretoria Executiva recomendou para a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento do Capital Social para R\$212.288, mediante a subscrição de novas ações no valor total de R\$21.868, que foi integralizado em 31 de março de 2020.

Em reunião realizada em 20 de agosto de 2020, a Diretoria Executiva recomendou para a aprovação da AGE, o aumento do Capital Social para R\$234.156, mediante a subscrição de novas ações no valor total de R\$21.868, que foi integralizado em 31 de agosto de 2020.

Esses aumentos de capital no valor de R\$43.736 (R\$42.122 em 31 de dezembro de 2019) foram decorrentes de integralizações efetuadas pela Controladora, com recursos oriundos do subsídio, previsto na revisão tarifária da COPASA MG, que permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 é formado por 234.155.738 ações ordinárias (190.419.900 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019), cujo valor nominal de R\$1,00 (um real). A Companhia é controlada pela COPASA MG, que detém 100% das suas ações.

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 27 de janeiro de 2020 foi realizado aporte de recursos no montante de R\$2.125, por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme autorizado pela Diretoria Executiva da COPASA, em reunião realizada em 13 de janeiro de 2020. Este aporte foi parte do suporte financeiro da Controladora para garantir o fluxo de caixa necessário para suas operações nos meses de janeiro e fevereiro de 2020. Periodicamente é analisado a necessidade de caixa, considerando os recursos do programa de subsídio à COPANOR e se necessário, aportes financeiros adicionais são efetuados pela Controladora.

(c) Prejuízos acumulados

A Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$69.024 (R\$61.637 em 31 de dezembro de 2019).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Informações por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água e serviços de esgoto.

(i) Resultado

	31/12/2020			
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta*	30.890	8.612	18.546	58.048
Deduções da receita bruta	(2.857)	(797)	-	(3.654)
Receita operacional líquida*	28.033	7.815	18.546	54.394
Custos, despesas com vendas e administrativas	(38.505)	(10.734)	(18.546)	(67.785)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	(10.472)	(2.919)	-	(13.391)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas				5.106
Resultado financeiro, líquido				898
Resultado operacional antes dos impostos				(7.387)
Amortização / depreciação	1.256	1.705	1.266	4.227

* A Companhia não possui receitas inter-segmentos, possuindo apenas de clientes externos.

	31/12/2019			
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Receita operacional bruta	28.353	7.722	31.125	67.200
Deduções da receita bruta	(2.573)	(764)	-	(3.337)
Receita operacional líquida	25.780	6.958	31.125	63.863
Custos, despesas com vendas e administrativas	(39.241)	(8.165)	(31.125)	(78.531)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	(13.461)	(1.207)	-	(14.668)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas				(4.115)
Resultado financeiro, líquido				811
Lucro operacional antes dos impostos				(17.972)
Amortização	554	918	843	2.314

* A Companhia não possui receitas inter-segmentos, possuindo apenas de clientes externos.

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	18.546	31.125
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(18.546)	(31.125)
Margem de construção	-	-

(ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serviços de água	37.948	11.708
Serviços de esgoto	45.858	21.881
Outros intangíveis	7.623	4.820
Total do intangível	91.429	38.409

(iii) Imobilizado

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo imobilizado, no valor de R\$1.673 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$536 em 31 de dezembro de 2019) e estão alocados em outros imobilizados.

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

18. Gestão de Risco

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial. No longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de até 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

Gestão de risco financeiro

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado, CDBs, aplicações financeiras.

Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram os ativos, como por exemplo, aplicações financeiras. A Companhia não possuía endividamento indexados à variação nas taxas de juros e taxas de câmbio.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado do contas a receber estão adequadamente cobertas por provisão.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída em outubro de 2012 a política de aplicações financeiras da COPASA e da COPANOR, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e cações (agências de risco, <i>Fitch e S&P</i>)		
AAA	-	-
AA	-	-
A	18.754	70
BBB	-	2.261
Total	18.754	2.331
Aplicações financeiras - (Nota 6)	18.754	2.331
Aplicações financeiras de convênio - (Nota 9)	47	33
Total	18.801	2.364

Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita e pelos investimentos. No entanto, a COPANOR acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixas, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Arrendamento Mercantil	3	-	-	-
Fornecedores	6.168	-	-	-
Débito com Controladora	2.815	-	-	-



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Instrumento Financeiro por Categoria

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Total	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	19.242	19.242	2.843	2.843
Contas a receber de clientes	10.731	10.731	10.778	10.778
Bancos e aplicações de convênios	47	47	33	33
Ativos financeiros de concessões	23.491	23.491	2.177	2.177
Demais contas a receber	205	205	263	263
Total	53.716	53.716	16.094	16.094

	31/12/2020		31/12/2019	
	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Passivos				
Fornecedores	6.168	6.168	4.573	4.573
Débito com Controladora	2.815	2.815	1.206	1.206
Energia Elétrica	944	944	951	951
Arrendamento Mercantil	3	3	3	3
Obrigações diversas	545	545	460	460
Total	10.475	10.475	7.193	7.193

20. Transações com Partes Relacionadas

(a) Ativo, passivo e resultado

A Companhia reconhece como parte relacionada a sua Controladora COPASA MG, a Copass Saúde e o Estado de Minas Gerais que é Acionista majoritário da Controladora.

Os saldos e operações com as consideradas partes relacionadas são como segue:

	31/12/2020			
	Controladora COPASA	Outras		
		ESTADO MG	COPASS	
Ativo				
Circulante				
Clientes				
Valores faturados	-	932	-	
Valores a faturar	-	46	-	
Convênio de cooperação técnica	-	19	-	
Total do ativo	-	997	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo

Circulante

Programa de saúde - - 85

Não circulante

Débito com Controladora 2.815 - -

Total do passivo 2.815 - 85

Resultado no exercício findo em 31/12/2020

Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário - 786 -

Despesas com Pessoal Cedido (1.284) - -

Programa de saúde - - (644)

Despesas de serviço de água e esgotamento sanitário (91) - -

Total do resultado (1.375) 786 (644)

31/12/2019

Outras

Controladora COPASA	ESTADO MG	COPASS
------------------------	-----------	--------

Ativo

Circulante

Clientes

Valores faturados - 493 -

Valores a faturar - 85 -

Convênio de cooperação técnica - 21 -

Total do ativo - 599 -

Passivo

Circulante

Programa de saúde - - 82

Não circulante

Débito com Controladora 1.206 - -

Total do passivo 1.206 - 82

Resultado no exercício findo em 31/12/2019

Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário - 1.715 -

Despesas com Pessoal Cedido (1.206) - -

Programa de saúde - - (649)

Despesas de serviço de água e esgotamento sanitário (97) - -

Total do resultado (1.303) 1.715 (649)

• COPASA MG

Reembolso de Despesas com Pessoal Cedido

Refere-se a reembolso de despesas com pessoal técnico cedido, conforme I Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica Institucional nº 14.0555.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• COPASS Saúde

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados. A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado com a ANS e regulado por aquela Agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da administração é realizada sob o contexto de sua Controladora.

21. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores contratados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2020, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	Prazo médio contratado em meses	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações contratuais – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	45.822	5	66.029	2

22. Receitas

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de serviços de água	30.891	28.352
Receita bruta de serviços de esgoto	8.612	7.723
Total receita bruta de serviços	39.503	36.075
Impostos sobre vendas e descontos	(3.655)	(3.337)
Total receita líquida de venda de bens e/ou serviços	35.848	32.738
Receita bruta de construção	18.546	31.125
Total receita líquida de serviços e construção	54.394	63.863

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentadas abaixo:



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2020	31/12/2019
Reversão de <i>impairment</i>	5.200	-
Recuperação de contas baixadas	503	1.682
Reversão de provisão não dedutível	151	1.394
Concursos públicos	132	-
Outras receitas	506	89
Total outras receitas operacionais	6.492	3.165

23. Custos e Despesas por Natureza

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	19.321	19.057
Materiais	5.243	4.973
Serviços de terceiros	5.327	9.023
Energia elétrica	9.955	10.288
Gerais	861	1.306
Provisão perdas esperadas do contas a receber de Clientes	4.601	2.065
Contingências trabalhistas	478	411
Depreciação e amortização	4.425	2.468
Custos de construção ^(*)	18.546	31.125
Provisão para perdas	514	-
Outras	907	1.669
Custos e despesas operacionais	70.178	82.385
(-) Créditos tributários	(1.007)	(1.774)
Custos e despesas operacionais líquidas	69.171	80.611
Custo dos bens e dos serviços prestados	39.789	39.972
Custo de construção	18.546	31.125
Custos	58.335	71.097
Despesas com vendas	903	190
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	4.601	2.065
Despesas administrativas	3.946	5.179
Outras despesas operacionais	1.386	2.080
Despesas	10.836	9.514

(*) Detalhamento dos custos de construção:

	31/12/2020	31/12/2019
Materiais	1.490	1.802
Equipamentos	116	1.521
Serviços de terceiros	16.940	27.802
Total dos custos de construção	18.546	31.125



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pessoal

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários	11.488	11.040
Custos previdenciários	3.235	3.137
FGTS	806	777
Programa de alimentação	2.880	2.840
Plano de saúde	645	649
Formação Profissional	168	492
Outros benefícios	99	122
Total	19.321	19.057

24. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Juros ativos	481	347
Receita de variação monetária e cambial	77	75
Rendimentos com aplicações financeiras	360	555
Receita de ativos financeiros	210	97
Descontos obtidos	1	23
Tributos sobre receita financeira	(54)	(52)
Total de receita financeira	1.075	1.045
Juros e multas sobre tributos	(43)	(130)
Tarifas bancárias	(78)	(94)
Despesas de variações monetárias e cambiais	-	(2)
Juros sobre arrendamento mercantil	(56)	(1)
Outras despesas	-	(7)
Total de despesa financeira	(177)	(234)
Resultado financeiro	898	811

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da alíquota efetiva da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser demonstrada conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado antes dos impostos e contribuições	(7.386)	(17.972)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal (34%)	2.511	6.111
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não registrados pela falta de expectativa de lucro tributáveis futuros	(2.473)	(5.849)
Outros ajustes permanentes	(38)	(262)
Resultado com imposto de renda e contribuição social	-	-
Provisão para o imposto de renda	-	-
Provisão para a contribuição social sobre o lucro	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Eventos subsequentes

Em 25 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Controladora autorizou a integralização de capital pela COPASA MG na COPANOR no valor de R\$25.945 com recursos oriundos do subsídio tarifário. Assim, o Capital Subscrito foi elevado de R\$234.156 para R\$260.101.



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DIRETORIA EXECUTIVA

CARLOS EDUARDO TAVARES DE CASTRO – DIRETOR-PRESIDENTE

CARLOS AUGUSTO BOTREL BERTO – DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

CRISTIANE SCHWANKA – DIRETORA DE RELACIONAMENTO E MERCADO

RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS – DIRETOR DE OPERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS

CONTADOR RESPONSÁVEL

REGINALDO VICENTE DE RESENDE – CONTADOR – CRC/MG-071578/O

PAULA VASQUES BITTENCOURT – SUPERINTENDENTE DE CONTROLADORIA



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COPASA Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S. A. - COPANOR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas.

Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e à vista do Relatório da KPMG Auditores Independentes, de 08 de março de 2021, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, estão em condições de serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária da COPASA Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - COPANOR.

Belo Horizonte, 09 de março de 2021.

CONSELHO FISCAL

FERNANDO SCHARLACK MARCATO

MARÍLIA CARVALHO DE MELO

SIMONE DEOD SIQUEIRA



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do art. 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da COPASA Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A.- COPANOR, sociedade de economia mista por ações, declaram que:

1. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Belo Horizonte, 08 de março de 2021.